

TECNOLOGIA DE GÊNERO NO DIREITO PENAL BRASILEIRO: A CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO PROTEGE À VIDA?

GENDER TECHNOLOGY IN BRAZILIAN CRIMINAL LAW: DOES THE CRIMINALIZATION OF ABORTION PROTECT LIFE?

LA TECNOLOGÍA DE GÉNERO EN EL DERECHO PENAL BRASILEÑO: ¿PROTEGE LA VIDA LA PENALIZACIÓN DEL ABORTO?

SUMÁRIO:

1. Introdução; 2. Mulher: da passividade à atividade; 3. A trajetória da mulher no cárcere e suas punições; 4. Aborto: crime doloso contra a vida ou controle do corpo feminino?; 5. Conclusão; Referências.

RESUMO:

O artigo tem por objetivo a discussão a respeito da criminalização do aborto na legislação penal brasileira. Problematisa a maneira como a legislação brasileira, especialmente o Código Penal, reconhece as pessoas a partir do sistema binário sexo-gênero, relegando à mulher dois status, ora como vítima e sexo-gênero frágil, ora como autora de delitos, especialmente no que se refere aos bons costumes e à moralidade patriarcal. Busca-se, com essa pesquisa, desnudar os fundamentos biopolíticos do controle do corpo e sexualidade feminina, entendendo que o Direito Penal brasileiro opera como uma tecnologia de gênero. A pesquisa foi realizada por meio do método dedutivo, com técnica de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial. É resultado da pesquisa a importância do reconhecimento de que a discriminação de gênero

Como citar este artigo:

GRUBBA, Leilane, AMARALO, Alessandra. Tecnologia de gênero no direito penal brasileiro: a criminalização do aborto protege à vida?. *Argumenta Journal Law*, Jacarezinho – PR, Brasil, n. 40, 2023, p. 235-260

Data da submissão:
02/12/2020

Data da aprovação:
03/07/2023

está arraigada na tomada de decisão governamental, devendo-se considerar a importância das mulheres, como sujeitas políticas, de decisão sobre o próprio corpo.

ABSTRACT:

The article aims to discuss the criminalization of abortion in Brazilian criminal law. It problematizes the way in which Brazilian legislation, especially the Penal Code, recognizes people based on the sex-gender binary system, relegating women to two statuses, sometimes as victims and fragile sex-genders, and sometimes as perpetrators of crimes, especially regarding good customs and patriarchal morality. The aim of this research is to lay bare the biopolitical foundations of the control of women's bodies and sexuality, understanding that Brazilian criminal law operates as a gender technology. The research was carried out using the deductive method, with bibliographical and jurisprudential research techniques. The result of the research is the importance of recognizing that gender discrimination is ingrained in government decision-making, and the importance of women, as political subjects, deciding on their own bodies must be considered.

RESUMEN:

El artículo pretende discutir la criminalización del aborto en el derecho penal brasileño. Problematisa la forma en que la legislación brasileña, en especial el Código Penal, reconoce a las personas a partir del sistema binario sexo-género, relegando a las mujeres a dos estatus, a veces como víctimas y frágiles sexo-géneros, y a veces como autoras de crímenes, especialmente en lo que se refiere a las buenas costumbres y a la moral patriarcal. El objetivo de esta investigación es desnudar los fundamentos biopolíticos del control del cuerpo y de la sexualidad de las mujeres, entendiendo que el derecho penal brasileño opera como una tecnología de género. La investigación se realizó utilizando el método deductivo, con técnicas de investigación bibliográfica y jurisprudencial. El resultado de la investigación es que es importante reconocer que la discriminación de género está arraigada en la toma de decisiones gubernamentales, y que es importante considerar la importancia de que las mujeres, como sujetos políticos, decidan sobre sus propios cuerpos.

PALAVRAS-CHAVE:

Aborto; Direito Penal; Gênero; Tecnologia de Gênero; Controle Social.

KEYWORDS:

Abortion; Criminal Law; Gender; Technology of Gender; Social Control.

PALABRAS CLAVE:

Aborto; Derecho penal; Género; Tecnología de género; Control social.

1 INTRODUÇÃO

Desde a década de 1960, são crescentes as manifestações sobre os direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres, ao menos na modernidade ocidental, em especial por parte de grupos feministas e de pesquisadoras que lutam para que ocorra a descriminalização do aborto. Ganha espaço a luta das mulheres como sujeito político plural e interseccional, pelo reconhecimento de direitos vinculados à autonomia da vontade, contra o controle do corpo feminino, bem como em prol de direitos sexuais e de direitos reprodutivos.

Trata-se de pensar, conforme Orselli e Faissel (2019, p. 128), que a “autonomia se define pela capacidade que as pessoas possuem de gerir os rumos de suas próprias vidas, de acordo com suas vontades e convicções”. Ainda, a “autonomia reflete a percepção do que é importante e crucial para a pessoa, atrelada à percepção dos interesses pessoais” (2019, p. 134)

Todavia, apesar dos mencionados movimentos feministas, a modernidade ocidental apresenta fortes resquícios do androcentrismo, reiterados por variadas tecnologias de gênero, dentre elas, o Direito Penal Brasileiro, que reforça estruturas rígidas que se perpetuaram ao longo do tempo com a opressão dos corpos “femininos”.

Para Lauretis (1987), as tecnologias de gênero representam o irrepresentável, isto é, a mulher (i.e., como sujeito do desejo ou da significação). Para a autora, na ordem fálica da cultura patriarcal, a mulher é irrepresentável exceto como representação (LAURETIS, 1987, p. 19-20). Significa que atributos como feminilidade ou masculinidade, dentre outros, não são qualidades ou propriedades dos corpos, mas uma representação, reiterada por variadas tecnologias, como o próprio direito.

De fato, apesar do reconhecimento médico, jurídico e político da

existência de um suposto sexo feminino, ao final do século XVIII, esse foi submetido à passividade no convívio social, com direitos reduzidos e determinados pelo poder legislativo, sexo esse inserido no sistema patriarcal misógino. No Brasil, por exemplo, mesmo no século XXI, até o ano de 2006, com a Lei Maria da Penha, não havia uma legislação mais abrangente e protetora da constante violência perpetuada no convívio familiar do brasileiro, de maneira que as agressões não eram reconhecidas como um problema social.

Com base no princípio da igualdade, a busca pelos direitos sexuais, direitos reprodutivos, da autonomia, bem como, o direito à integridade física e psíquica, as mulheres buscam decidir sobre seu corpo, ou seja, decidir gerar ou não uma vida. Reitera-se o artigo 5, da Constituição Federal brasileira, que dispõe sobre a igualdade perante a lei e na lei. Em resumo, a igualdade de aplicação da lei no caso concreto e a igualdade de não haver distinções na lei, excetuadas aquelas constitucionalmente autorizadas. Logo, o legislativo não editará normas que afastem o princípio da igualdade, sob pena de inconstitucionalidade.

No Brasil, desde o ano de 1940, até o momento, a criminalização do aborto persiste, insculpida nos artigos 124 a 128 do Código Penal brasileiro. Somente no ano de 2016, o Supremo Tribunal Federal, por meio da ADPF 442, abordou a pauta a descriminalização do ato. Contudo, os votos foram insuficientes para a mudança da legislação brasileira. Parece necessário, nesse sentido, repetirmos os debates, enquanto dezenas e milhares de mulheres morrem anualmente por não ter acesso digno à saúde feminina

O primeiro ponto relevante é que todos os anos ocorrem 1 milhão de abortos induzidos, também ocorrendo 250 mil hospitalizações de mulheres, em torno de 1 (uma) morte a cada dois dias de mulheres vulneráveis e de classe econômica baixa. As mortes são frutos de abortos clandestinos. Dessa forma, o que mata não é o aborto em si, mas a forma com que o ato é realizado. Está institucionalizado na criação dos seres humanos a cristalização dos valores sociais sobre o papel da mulher devido ao sistema do patriarcado e religioso perpetuado ao longo da história.¹

Diante desse quadro, o objetivo dessa pesquisa é colocar em pauta a criminalização dos corpos e atos femininos (i.e., de mulheres), que em plena modernidade, continuam sendo uma mera opção política dos re-

presentados legislativos, na maioria, por homens, que criminalizam a interrupção da gravidez, sem reconhecer o direito a autonomia reprodutiva (SARMENTO, 2005, p. 43-83). Busca-se discutir a respeito da criminalização do aborto na legislação penal brasileira, problematizando a maneira como a legislação, especialmente o Código Penal de 1940, reconhece as pessoas a partir do sistema binário sexo-gênero, relegando à mulher dois *status*, ora como vítima e sexo-gênero frágil, ora como autora de delitos, especialmente, no que se refere aos bons costumes e à moralidade patriarcal.

Busca-se, com essa pesquisa, desnudar os fundamentos biopolíticos do controle do corpo e da sexualidade feminina, entendendo que o Direito Penal brasileiro opera como uma tecnologia de gênero. A metodologia utilizada nesse artigo é a dedutiva, de maneira que analisa o contexto de exposição da mulher e sua batalha para que ocorra a descriminação dos atos da mulher, bem como, que seu corpo não seja reconhecido como propriedade do Estado.

2 MULHER: DA PASSIVIDADE À ATIVIDADE

Há pelo menos três séculos, precisamente no século XVIII, foi estabelecida uma diferença básica entre os seres vivos: o masculino, denominado sexo único, e o outro (BIRMAN, 2001). Esse outro seria uma versão inversa e menos evoluída do sexo oposto, perfeito. Desta maneira, as relações foram estabelecidas a base da diferença anatômica-fisiológica, representando uma superioridade daquele em relação ao outro, ainda sem rotulação definida.

Somente após o século XVIII ocorreu a desconstrução da perfeição do corpo masculino (COSTA, 1992); por questões políticas, sociais e econômicas, foi estabelecido um novo sexo biológico: o feminino. De fato, além do sexo (sexualidade) e da restrição-incitação da sexualidade, Birman (2001) vai abordar a diferença dos sexos enquanto um dispositivo criado no final do século XVIII. O surgimento das categorias binárias homens *vs.* mulheres vai postular uma diversidade radical entre ambos, ou entre o ser do homem e o ser da mulher, avocando essências diferentes, naturezas diferentes, o que inclusive impossibilitaria a reversibilidade entre os sexos.

Irigaray (2017, p. 16) apresenta uma leitura dessa virada do sexo

único à divisão dos sexos, trazida por Birman, avocando que seria necessário haver dois gêneros “E mais. Para que se articulassem. [...] E o segundo [gênero], então, não seria apenas o contrário do primeiro? Às vezes, mais frequentemente, o seu complemento. Mais ou menos adequado. Mais ou menos copulável. Só se trataria de um [gênero], finalmente. Unidade dividida em metades” (IRIGARAY, 2017, p. 26). Nas palavras de Birman (2001), “as diferentes inserções sociais dos sexos passaram a ser legitimadas agora pelo determinismo natural dos corpos, que delineavam então horizontes diversos e bem discriminados para o macho e a fêmea” (2011, p. 36). Inclusive, “os poderes hierarquizados entre os sexos ganharam agora novo contorno, fundando-se numa caução biológica, sendo aqueles legitimados, enfim, pelo discurso da ciência” (2001, p. 36).

Assim, ser homem ou ser mulher depende do nascimento, sendo uma consequência da estrutura do organismo – é o modelo binário do sexo biológico natural, com fronteiras bem definidas. No século XIX, essas diferenças foram anunciadas no registro dos hormônios. Sequencialmente, no século XX, “com o desenvolvimento da genética como ciência, [as diferenças biológicas foram] indicadas por diferenças essenciais no registro cromossômico” (BIRMAN, 2001, p. 43).

Irigaray (2017) sugere que nessa economia escópica, a mulher passiva é um objeto a ser olhado, que dá sentido às pulsões do sujeito – o homem. O sexo da mulher, portanto, é percebido como um não-sexo, negativo, avesso, reverso. Essa noção da castração feminina vai ser trazida também no texto de Birman. O autor afirma que o discurso da diferença sexual biológica também se fundamenta na formulação de Freud (que parafraseia Napoleão) de que “a anatomia é o destino”. Inclusive, na formulação freudiana, as “marcas anatômicas produziram não apenas trações psíquicas, mas principalmente delinearíamos o horizonte irrefutável e constrangedor para a construção do psiquismo no homem e na mulher” (BIRMAN, 2001, p. 46); atribuindo, principalmente à mulher, nas palavras de Birman e Irigaray (2017, p. 37), a feminilidade e a maternidade, que por si só deveria suprir as carências da sexualidade feminina reprimida.

Foucault (1986) é pontual ao definir que o termo sexualidade foi estabelecido pelas sociedades modernas e pós-modernas, e durante a Revolução Francesa perpetuou-se o lema: *liberté, égalité, fraternité*, e dentro desta Revolução, a possibilidade de escrever uma nova história para

as mulheres, sem que o homem estivesse no centro do universo (COSTA *et al.*, 2006). Por muito tempo, Igreja, Estado e Medicina discursavam conjuntamente para atingir o objetivo da inferioridade e domesticação feminina. A Revolução Francesa trouxe novas possibilidades para o cenário feminino frente às desigualdades que estavam se perpetuando como mulher doméstica e homem político. Michelet Perrot (2003) entende que foi nesse período que se estabelece papéis diferentes e complementares para ambos os sexos.

Nesse sentido, para Foucault (2005), enquanto o século XVIII foi marcado por tecnologias disciplinares centradas nos corpos individuais, no século XIX, surge o racismo de Estado, com a assunção da vida humana (o humano-espécie) pelo poder (a biopolítica da espécie humana). Trata-se dos processos de regulação da população em geral, que incide nos nascimentos, fecundidade, taxas de reprodução, assim como, na higiene pública e medicalização, por meio de estudos estatísticos, estimativas e medições. A tecnologia biopolítica, voltada à ideologia colonialista, situou um corte entre a normalidade e a anormalidade, principalmente por processos de normalização. Por meio de um discurso político-científico, normatizou a criminalidade, a loucura, adversários políticos, bem como, o sexo e a sexualidade.

Por outro lado, conforme Dinu e Mello (2017, p. 201):

Nesse ponto, é possível recorrer à ideia de Michel Foucault de que o sistema penal atua realizando uma gestão diferencial das ilegalidades, ou seja, a justiça não existe para punir todas as práticas ilegais, mas apenas algumas e de específicos setores sociais. Daí que, mesmo dentro das condutas tidas por tráfico, praticadas por ricos e pobres, apenas sobre estes recai o estereótipo de criminoso e a força do sistema.

Ao abordar os dispositivos de segurança e os mecanismos de disciplina, Foucault (2005) trata do problema da normalização, que é a relação com o imperativo da lei que gera uma normatividade. Ele busca mostrar como a partir da normatividade e, muitas vezes, na contramão dela, se desenvolvem técnicas de normalização. A disciplina normaliza decompondo e compondo os indivíduos, o tempo, bem como os gestos. Ela classifica os elementos em função de objetivos, estabelece sequências e coordenações, bem como institui procedimentos de adestramento e controle: marca quem é considerado apto ou inapto. Com isso, demarca o

normal e o anormal, estabelecendo o modelo a ser seguido. A normalização, portanto, demarca a normalização disciplinar.

Para Foucault (2014), no que vai ser posteriormente retomado por Lauretis (1987), um exemplo de mecanismo de normação e normalização se encontra no âmbito do sexo e da sexualidade. O autor supõe que os sujeitos são constituídos a partir de processos disciplinares. A sexualidade não foi por ele percebida como elemento rígido, mas como instrumental para a articulação de estratégias: o sexo e a sexualidade não foram regulados pela proibição, mas no século XVIII se operou alguns discursos úteis ao aumento do poder estatal, por meio de uma economia política da população. Exemplos dessa tecnologia biopolítica foram os discursos demográficos, morais, biológicos, criminais, médicos e psiquiátricos sobre a sexualidade que invocaram as “fraudes contra a procriação”, a “etiologia das doenças mentais”, assim como o “conjunto das perversões sexuais” (FOUCAULT, 1999).

“Foucault identificou quatro dispositivos que permitem compreender a sexualidade como o produto de tecnologias positivas e produtivas, e não como o resultado negativo de tabus, repressões, proibições legais” (PRECIADO, 2017, p. 89). Essas tecnologias da sexualidade são: a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização do prazer perverso (FOUCAULT, 1999, p. 98-99). Por meio delas, implantou-se modos de conhecimento em cada indivíduo, família e instituição. Essa tecnologia “tornou o sexo não apenas uma preocupação secular, mas também do Estado; para ser mais exato, o sexo tornou-se uma questão que exigia que o corpo social como um todo, e virtualmente todos os seus indivíduos, se colocassem sob vigilância” (LAURETIS, 1987, p. 35).

Lauretis entende que o gênero pode ser pensado nos moldes da tecnologia do sexo, percebendo que “o gênero também, tanto como representação quanto como autorrepresentação, é produto de várias tecnologias sociais, como o cinema, e de discursos institucionalizados, epistemologias e práticas críticas, bem como práticas da vida cotidiana.” (1987, p. 2) Por consequência, o gênero é uma representação de cada pessoa. O “o sistema sexo-gênero [...] é uma construção sociocultural e o aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, localização na hierarquia social etc.) aos indivíduos da socieda-

de.” (1994, p. 210)

No caminho da evolução, percebemos os resquícios do androcen-trismo e a crítica luta das mulheres para romper com as estruturas rígi-das e conservadoras pautadas na opressão de gênero que se fixaram no convívio social e nas legislações, pois anteriormente, por muitos anos, perpetuou-se a mulher como outro, passiva, castrada e negativa (BOUR-DIEU, 2002).

De fato, a noção da passividade feminina – o castrado – e a neces-sidade de tutela e controle da mulher parece se fazer presente como fun-damento da legislação penal brasileiro, que estabeleceu a mulher como vítima, e intrinsecamente deixa claro as regras que devem ser seguidas por elas. Por exemplo, ao que se refere à sexualidade, o crime de sedução, presente no artigo 217 da Lei 2.848/40², coloca a mulher como frágil e influenciável, devendo ser protegida pela lei tendo em vista sua ingenui-dade e a ardisosidade masculina. A mulher, vista como casta, deveria ser protegida e tutelada. Mais do que isso, se o réu se casasse com a mulher que seduziu ou que mantivera atitudes contra a honra e bons costumes, sua pena estaria extinta³. A mulher, nesse sentido, era reconhecida como vítima de um patriarcado que já estava arraigado, sendo por muitas vezes obrigada a casar para livrar agressores das cadeias e tornavam-se vítimas na vida doméstica. A alteração do Código Penal foi efetuada apenas em 2015 (BRASIL, 2015), demonstrando que a tutela da honra da castidade feminina se manteve presente da legislação criminal brasileira até a pós-modernidade.

Os movimentos feministas que surgem durante a década de 1970 no Brasil propõem pelo menos dois tipos de condicionamento: o teórico e o histórico. Esse se refere a luta por discussões sobre violência doméstica em geral, aborto e agravamento da punição aos assassinos e assediadores de mulheres, pois é um crime que cresce exponencialmente e está liga-do diretamente com uma imposição patriarcal e se faz necessário rom-per com impunidade masculina. Esse movimento histórico, pós-ditadura militar denunciou também os assédios, físicos e morais que existem em relações de trabalho entre homens e mulheres, que era visto, mas não reconhecido como problema. (ANDRADE, 1997). Conforme Andrade (1997, p. 42-48), no que se refere ao condicionamento teórico, é o *déficit* do próprio sistema, que é rígido na recepção da Criminologia crítica e

feminista, pois não há uma clara preocupação e interesse quando se refere a política criminal feminista no Brasil. Contudo, apesar da dificuldade e repressão após ser reconhecida, primeiramente pela divisão sexual frágil denominada: feminina, posteriormente como mulher estabelece-se uma luta em busca de visibilidade⁴. Passa-se, portanto, à análise da trajetória da mulher no cárcere brasileiro.

3 A TRAJETÓRIA DA MULHER NO CÁRCERE E SUAS PUNIÇÕES

A mulher, enquanto categoria de análise histórica, é um produto tecnológico biopolítico. Do sexo único à matriz binária do sexo-gênero, a mulher foi construída, desde o século XVIII, ora como o outro-castrado, passiva e vítima criminal; ora como ativa, passível de ser responsabilizada em razão do controle estatal sobre o seu corpo. O corpo feminino não é privado ou doméstico: ele é um corpo público; conforme será argumentado no decorrer desta pesquisa.

Especialmente com relação ao direito criminal, a mulher não somente “paga” pelos seus crimes, mas também sofre a repressão social por não estar dentro dos parâmetros estabelecidos pelo sistema patriarcal. Afinal, a mulher perpetuou-se como polo passivo em suas relações e, na maior parte do tempo, é associada à maternidade e procriação dos afazeres domésticos.

Ocorre uma mudança drástica em 1931. No governo de Getúlio Vargas, ocorreu a primeira prisão contra uma mulher a qual era perseguida por motivos políticos⁵, e desde então, há um contínuo encarceramento das mulheres. Segundo o INFOPEN⁶ desde 2016 não havia uma crescente tão generosa do encarceramento feminino como atualmente.

Desde a última baixa, a quantidade de mulheres encarceradas no sistema Estadual chegou a 45.989 mil mulheres presas no Brasil⁷. Atualmente 62% das prisões estão relacionadas ao tráfico de drogas, em comparação com os homens presos pelo mesmo delito é de apenas 26%. Já nos presídios federais, o crime de tráfico também está entre os mais praticados, chegando a 30%⁸. Atualmente o Brasil encontra-se na 4ª posição de países que mais encarceram mulheres.

Nesse sentido, no que se refere ao sistema penal e seu encarceramento, esse serve como controle informal do capitalismo, exercido pela esfera pública em um controle dirigido primordialmente para homens.

Para mulheres detidas, era analisada a situação hormonal, emocional e menstrual, dessa maneira antes de irem para as prisões havia a possibilidade de enviar para manicômios, conhecidos como centros terapêuticos para tratar da loucura destas. Ou seja, o sistema penal foi criado para punir condutas masculinas e residualmente feminina. Podemos concluir, conforme o pensamento de Vera Regina Pereira de Andrade (2016), que a história se perpetuou ao redor dos saberes masculinos onipresentes e de um sujeito ausente, sendo essa um reflexo do gênero feminino e sua dor. Somente com o destaque no campo da Criminologia, em 1970, incentivou-se a discussão da mulher prisioneira do androcentrismo e a crítica de um sistema penal seletivo.

Primeiramente, a mulher frente ao Código Penal era vista como vítima de sua sexualidade. Eram as mulheres desonestas e prostitutas, que não obedeciam ao padrão da moralidade sexual estabelecidos pelo patriarcado ocorrendo a divisão em mulheres honestas e desonestas. Esse parece ser o primeiro indício do posicionamento da mulher como ativa e sujeito no direito penal: o controle do corpo feminino e o posicionamento desse corpo no espaço público, regulado pelo Estado. O Código Penal de 1940, que referia-se a honra e bons costumes, possuía o intuito de proteger a sexualidade e a virgindade das mulheres, pois por muito tempo foram vistas como propriedade de seus maridos e deviam satisfazer sua lasciva após o casamento, obrigatoriamente com sua virgindade para não manchar a honra da família. Bernadete Flores constrói de maneira sucinta a história dos percalços feminino:

O sexo e o comportamento sexual passaram, então, para a centralidade das políticas de controle das raças, com papéis definidos para homens e para mulheres, com várias pressões sobre o uso e a identidade do sexo, sobre a procriação e sobre a higiene das famílias. Entende-se que o corpo da mulher tornou-se interesse político ocorrendo a politização da vida, conhecida assim como biopolítica, tendo o Estado o intuito de regular o corpo e a vida, assim tornaram-se um conceito político e não mais científico para tornar os corpos dóceis e disciplinados para manter o controle das massas. (FLORES, 2001, p. 21)

Durante a Era moderna, conforme Foucault (1999, p. 37), através dos discursos que a mulher era perigosa, maléfica e inferior, multiplica-

ram-se as condenações judiciais em decorrência da irregularidade sexual à doença mental. Foi regularizada a sexualidade da infância à velhice, com a base da fantasia para tal normatização, bem como, todos os desvios possíveis. E assim, foram estabelecidos tratamentos médicos e controles pedagógicos afim de reprimir e controlar a vida (VALDIVIA, 1998, p. 19). Em um breve resumo dos fatos, no século XVIII, na França, já ocorria o desconforto perante as imposições feitas pelo estado aristocrata, chegando mais tarde ao Brasil que entendeu por necessário uma rotulação as mulheres que quebravam as expectativas do Estado, mas os homens ainda estavam no centro de comando da vida. No Código Penal brasileiro de 1940, ainda havia proteção ao corpo da mulher, afim que homens não se aproveitassem da ingenuidade destas que se encontravam em casa e protegidas da vida mundana.

Percebe-se que o que era protegido era a sexualidade da mulher para que essa suprisse as expectativas do patriarcado, e quando tal zelo foi enxergado como uma rotulação dos corpos e não uma proteção para seu corpo, sua saúde e seus pensamentos, foi necessário propagar de maneira mais assídua o lado sombrio e inferior da mulher para que sua imagem fosse cada vez mais menosprezada. Tendo em vista que o real intuito envolve os efeitos de poderes nas relações sociais e também a produção de saberes e prazeres disciplinares para que pudesse ser construído domínio de conhecimentos para disciplinar, além dos corpos, as próprias populações (FOUCAULT, 1982).

Quem antes era vítima de uma sociedade machista e egoísta, viu-se obrigada a lutar por direitos iguais e o respeito. Dessa maneira, tornou-se infratora das escolhas que faria com seu corpo. Percebemos que em algumas esferas do direito, ainda é reconhecida a mulher como possuidora de sexo frágil, necessário diferenciação. Observa-se, como exemplo, jurisprudência do Superior Tribunal Federal e o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, respectivamente:

Recurso extraordinário. Repercussão geral reconhecida. Direito do Trabalho e Constitucional. Recepção do art. 384 da Consolidação das Leis do Trabalho pela Constituição Federal de 1988. Constitucionalidade do intervalo de 15 minutos para mulheres trabalhadoras antes da jornada extraordinária. Ausência de ofensa ao princípio da isonomia. Mantida a decisão do Tribunal Superior do Trabalho. Recurso não

provido. 1. O assunto corresponde ao Tema nº 528 da Gestão por Temas da Repercussão Geral do portal do Supremo Tribunal Federal na internet. 2. O princípio da igualdade não é absoluto, sendo mister a verificação da correlação lógica entre a situação de discriminação apresentada e a razão do tratamento desigual. 3. **A Constituição Federal de 1988 utilizou-se de alguns critérios para um tratamento diferenciado entre homens e mulheres: i) em primeiro lugar, levou em consideração a histórica exclusão da mulher do mercado regular de trabalho e impôs ao Estado a obrigação de implantar políticas públicas, administrativas e/ou legislativas de natureza protetora no âmbito do direito do trabalho; ii) considerou existir um componente orgânico a justificar o tratamento diferenciado, em virtude da menor resistência física da mulher; e iii) observou um componente social, pelo fato de ser comum o acúmulo pela mulher de atividades no lar e no ambiente de trabalho – o que é uma realidade e, portanto, deve ser levado em consideração na interpretação da norma.** 4. Esses parâmetros constitucionais são legitimadores de um tratamento diferenciado desde que esse sirva, como na hipótese, para ampliar os direitos fundamentais sociais e que se observe a proporcionalidade na compensação das diferenças. 5. Recurso extraordinário não provido, com a fixação das teses jurídicas de que o art. 384 da CLT foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988 e de que a norma se aplica a todas as mulheres trabalhadoras. (STF - RE: 658312 SANTA CATARINA, Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 27/11/2014, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 10/02/2015. Grifo nosso)

EMENTA: CONFLITO DE JURISDIÇÃO - Trata-se de conflito negativo de jurisdição entre o JUÍZO DA 37ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL E O JUÍZO DE DIREITO DO VI JUIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA REGIONAL DA LEOPOLDINA. Com razão o Juízo suscitante. Exame dos autos demonstra a competência do Juiz suscitado. A denúncia imputa ao réu EMILIO DOS SANTOS ADÃO FILHO a suposta prática do crime previsto no art. 129, § 9º do CP n/f da Lei nº 11340/06. A vítima era sua mãe. **A Lei 11.340/2006 tutela com mais ênfase pessoas do sexo feminino, pela situação**

de vulnerabilidade, de hipossuficiência em que se encontram nas relações domésticas e familiares. A suposta vítima, por ser mulher, e ainda, por ser mãe do autor do fato, deve ser amparada pela Lei Maria da Penha. **A violência foi praticada em função do gênero feminino da vítima que, com certeza, mais frágil e sem condições de se defender.**

Nos autos, verifica-se que a violência do gênero foi a condição motivadora da conduta de Emilio dos Santos Adão **FILHO POIS, A VÍTIMA FOI AGREDIDA POR SER UMA MULHER FRÁGIL, E POR CONTA DA RELAÇÃO DE SUBMISSÃO ADVINDA DO VÍNCULO FAMILIAR QUE POSSUI COM O ACUSADO, QUE É SEU FILHO.**

Na presente hipótese, a conduta praticada caracteriza violência doméstica e familiar contra a mulher, incidente, portanto a Lei nº 11.340/06. **PROCEDENTE O CONFLITO.** (TJ-RJ - CJ: 00024602820188190000 RIO DE JANEIRO CAPITAL 37 VARA CRIMINAL, Relator: GIZELDA LEITÃO TEIXEIRA, Data de Julgamento: 06/02/2018, QUARTA CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 16/02/2018. Grifo nosso)

Ou seja, a partir dos exemplos jurisprudenciais, compreende-se a solidificação do reconhecimento de mulher sendo sexo frágil, perpetuando-se na história e na criação da maioria dos seres humanos. São exemplos dessa compreensão no judiciário brasileiro, em decisões que manifestam a proteção da fragilidade feminina.

A violência é tão explícita ao gênero feminino, que se observa a necessidade de proteger a mulher das relações abusivas de seus parceiros e familiares. Com a criação, por exemplo, da Lei 11.340/2006, denomina Maria da Penha. pois muitos, do gênero masculino, enxergam a mulher como propriedade, podendo decidir por elas, em toda e qualquer situação. Ademais, é necessário a continua averiguação sobre as regulamentações nas condições de trabalho, frente a imensa diferença de tratamento sendo necessário constante resguardo dos princípios estabelecido na Constituição Federal.

4 ABORTO: CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA OU CONTROLE DO CORPO FEMININO?

Para iniciarmos a discussão, parece necessário reconhecer que a mulher, no Código Penal brasileiro de 1940, é punida duas vezes. Além

de serem as maiores vítimas de abuso sexuais, sofrem a punição institucional que reproduz a violência estrutural. Segundo dados da OMS do ano de 2017, uma a cada três mulheres sofrerá abuso sexual ou física de parceiros ou terceiros⁹. Ademais, conforme a Agência Brasil: “Em 2018, 1.206 mulheres foram vítimas de feminicídio, alta de 4% em relação ao ano anterior. De cada dez mulheres mortas, seis eram negras. A faixa etária das vítimas é mais diluída, 28,2% tem entre 20 e 29 anos, 29,8% entre 30 e 39 anos. E 18,5% entre 40 e 49 anos. Nove em cada dez assassinos de mulheres são companheiros ou ex-companheiros”¹⁰. Constata-se, também, que essa violência inicia cedo, por volta dos 13 anos de idade, sendo crianças as maiores vítimas, correspondendo a 53,8% (COSTA, 2020).

Após estabelecermos o contexto em que vivemos, Diniz e Medeiros (2010) especificam que uma em cada cinco mulheres brasileiras realizou pelo menos um aborto na vida, informações que evidenciam a questão do abortamento como um problema de saúde pública. Como já dito, a preocupação do Código Penal não é proteger as vítimas da violência institucionalizada, mas sim punir quem for contra os bons costumes que foram perpetuados ao longo da história.

Atualmente, perante o Código Penal brasileiro há a possibilidade de aborto nos seguintes casos: (a) aborto em decorrência de estupro; (b) aborto como meio necessário para salvar a vida da gestante; e, (c) jurisprudencialmente reconhecido pelo STF, o aborto de fetos anencefálicos. Sendo o aborto realizado em outros casos, a mulher será julgada e punida por 07 pessoas da comunidade, com uma pena de detenção (regimes iniciais de pena: aberto e semiaberto), de 1 a 3 anos.

Ao compararmos o aborto ao crime de homicídio, um crime doloso contra a vida que vai a júri também, a pena máxima do delito, se qualificado, será de reclusão de 30 anos, com o início do cumprimento em regime fechado, aberto ou semiaberto. Comparando as penas, notamos que a preocupação do legislador não é o feto que deixou de crescer no ventre da mulher, mas sim constranger quem cometeu o aborto e faze-la ser julgada por pessoas da comunidade, que em grande parte de seus julgamentos condenam os réus sentados perante a eles. Atualmente, 76 mil processos tramitam perante a vara do tribunal do júri, havendo absolvição somente em 20% dos casos (MELLO, 2019).

Há a possibilidade de a mulher não ser submetida ao tribunal do júri

e o constrangimento perante a sete pessoas da comunidade, por exemplo, quando ocorre a aplicação do artigo 89, da Lei 9.099/95, que dispõe que: nos crimes em que a pena mínima for igual ou inferior a um ano, poderá ser proposta a suspensão condicional do processo, pelo período de dois a quatro anos, desde que a acusada apresente uma série de requisitos positivos. Todavia, o estigma já está criado quando é submetida a um processo criminal por optar por não gerar o feto.

Muito se discursa referente aos métodos contraceptivos e o aborto no Brasil e constata-se a hegemonia entre Estado e Igreja com o discurso ultrapassado com base na moral, conforme [Azevedo e Garcia \(2008\)](#). Para contextualizarmos a nossa história, a Igreja Católica, principalmente ao longo do século XX, ampliou e difundiu as discussões sobre questões sexuais e reprodutivas e se colocou em oposição ao controle de natalidade por meio do uso de métodos contraceptivos e utilizavam a negativa da absolvição, diante da escolha utilizada por casais. As ideais religiosas influenciam valores, crenças e as concepções da sociedade brasileira ao definir a prática do abortamento como da ordem pecaminosa e de desvalorização da vida, o que inspira posicionamentos médicos e jurídicos legitimados pelo Estado que deveria ser laico, mas criminaliza o aborto no país.

A presença de valores religiosos na esfera pública e política no Brasil, principalmente da denominada “bancada evangélica”, dificulta os debates sobre o tema da legalização do aborto e enfatiza os processos de criminalização de maneira que não observam a realidade de inúmeras mulheres que acabam perdendo a vida devido ao descaso do Estado frente às dificuldades de acesso a centros médicos especializados. Dessa maneira, submetem mulheres, pobres, na maioria negras e da periferia a agulha de crochê, a chás de cupim e canela, ou ao medicamento “citotec” que causa danos físicos irreversíveis ao corpo, se não ocasionar a morte, pois quem possui melhores condições econômicas fará o mesmo procedimento em clínicas clandestinas, com médicos, diminuindo profundamente os riscos de danos físicos.

Discutir sobre aborto no Brasil, está relacionado a domínio jurídico, médico, moral e religioso, decisões que influenciam no atendimento à saúde da adolescente e da mulher. Os métodos contraceptivos¹¹ foram mais utilizados a partir na década de 1960, somente frente a necessidade

urgente do controle da natalidade, mesmo que a igreja desaprovasse. Desde essa década ressurgiu uma nova mulher, sendo os contraceptivos um dos principais responsáveis por mudanças na relação de gêneros, e pela própria atuação do movimento das mulheres.

Nas palavras de Françoise Thébaud, “A utilização de métodos modernos de contracepção não liberta apenas as mulheres de gravidezes indesejadas; ela dá-lhes, em detrimento dos homens, o domínio da fecundidade, e deve ser colocada no mesmo plano que as modificações do direito civil que, na mesma altura, põem termo à sua subordinação na vida privada” (THÉBAUD, 1995, p. 13).

Sobre o discurso insistentemente declarado por grande parte da sociedade de que: “só engravida quem quer” apresenta-se os seguintes dados: DIU, camisinha, injeções e anticoncepcional garantem de 95% a 99,9% de eficácia, valendo salientar que o medicamento disponibilizado pelo SUS (sistema único de saúde) é a pílula anticoncepcional está entre as que possui menor eficácia, apenas de 91%. Em consideração que os maiores índices de aborto, divulgados e sabidos, ocorrem nas periferias do Brasil, que normalmente utilizam a pílula disponibilizada por falta de condições econômicas. Ou seja, engravidar, com a probabilidade de erro considerável quando falamos de vidas, não é uma escolha é um acontecimento indesejado para quem não é tentante gestacional.¹²

Entende-se que da mesma maneira que os homens, a igreja e posteriormente o Estado possuem o desejo de regulamentar o corpo da mulher e suas atitudes mesmo que interferindo em suas escolhas, que são suas por direito. Os argumentos contrários ao debate da descriminalização do aborto são baseados na proteção da vida que vai ao encontro de pensamentos religiosos e moralistas que se negam a ver e reconhecer o direito de liberdade e autodeterminação, tendo em vista que “nenhuma pessoa pode ser tratada como meio ou instrumento (nesse caso de procriação) para fins não próprios” (MENDES2014, p. 195). Deve-se entender e reconhecer que:

O Código Penal não pode ser um repositório de condutas morais e religiosas. A legislação penal tem por fim tutelar bens jurídicos definidos nos marcos de um Estado laico. Um Estado que precisa observar os direitos fundamentais, em particular, na seara criminal, para justamente poder afirmar-se como democrático. (MENDES, 2014, p. 200)

Aborto não é principalmente uma questão de saúde pública, mas indispensavelmente uma questão de condições econômicas (ESPINOZA; IKAWA, 2001, p. 4-6), uma vez que o aborto inseguro no Brasil figura entre as principais causas evitáveis de morte materna (GALLI; MELLO, 2007/2008). O tema vai muito além de valores morais, éticos e religiosos (BAYS, 2015). Segundo a Organização Nacional da Saúde (CIE10), o aborto é a interrupção da gestação antes do início do período perinatal. Entende-se como expulsão do feto até 13 semanas denomina-se aborto precoce, posterior a este período é denominado aborto tardio, sendo 22 semanas completas com um peso do nascituro de normalmente 500 gramas.¹³

Em novembro de 2016, a 1ª Turma do STF julgou o Habeas Corpus 124.306; neste caso específico, foi desconsiderado o crime de aborto até a 3 semana de gestação. Luís Roberto Barroso, acompanhado da ministra Rosa Weber, votaram de maneira que abalaram os bons costumes, levando em consideração alguns princípios constitucionais, como o da igualdade, dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, da autonomia e do direito à integridade física e psíquica da gestante¹⁴, o voto:

[...] além de não estarem presentes no caso os requisitos que autorizam a prisão cautelar, a criminalização do aborto é incompatível com diversos direitos fundamentais, entre eles os direitos sexuais e reprodutivos e a autonomia da mulher, a integridade física e psíquica da gestante e o princípio da igualdade. (Revista Consultor Jurídico, 29 de novembro de 2016)

O ministro Barroso¹⁵ em seu voto expos duas correntes:

1) Conservadores: sustentam que existe vida desde a concepção, desde que o espermatozoide fecundou o óvulo, dando origem à multiplicação das células, 2) científica que sustentam que antes da formação do sistema nervoso central e da presença de rudimentos de consciência – o que geralmente se dá após o terceiro mês da gestação – não é possível ainda falar-se em vida em sentido pleno. (Revista Consultor Jurídico, 29 de novembro de 2016)

O aborto é considerado crime doloso contra a vida desde o Código Penal de 1940 e desde então não sofreu nenhuma alteração significativa que tenha o intuito de proteger a mulher e suas escolhas. Observe:

Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento

Art. 124 - Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque:

Pena - detenção, de um a três anos.

Aborto provocado por terceiro

Art. 125 - Provocar aborto, sem o consentimento da gestante:

Pena - reclusão, de três a dez anos.

Art. 126 - Provocar aborto com o consentimento da gestante:

Pena - reclusão, de um a quatro anos.

Parágrafo único. Aplica-se a pena do artigo anterior, se a gestante não é maior de quatorze anos, ou é alienada ou débil mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência

Forma qualificada

Art. 127 - As penas cominadas nos dois artigos anteriores são aumentadas de um terço, se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave; e são duplicadas, se, por qualquer dessas causas, lhe sobrevém a morte. (BRASIL, 1940)

Frente a esta exposição, há características do controle e regulação biopolítica, que rompe qualquer possibilidade de escolha da mulher sobre sua fisiologia procriativa e a maternidade, de maneira que o corpo da mulher continua sendo regulado e determinadas as condutas mais adequadas de ser mulher.

A criminalização da escolha da mulher produz uma discriminação social acentuada, uma vez que o aborto inseguro causa inúmeros efeitos, infertilidade e morte materna, principalmente, nas mulheres pobres e vulneráveis. No âmbito mundial, a mortalidade ligada à gravidez atinge 500.000 mulheres a cada ano, principalmente, nos países mais pobres. Essas mortes não são de forma alguma inevitáveis. Sua extinção depende de

políticas públicas de saúde. Em qualquer lugar as mulheres têm direito à maternidade sem risco. Não poder decidir sobre seu corpo inviabilizando a experiência da maternidade e dos prazeres em uma perspectiva dos direitos sexuais, o que acaba reificando as desigualdades sociais e as iniquidades de gênero em um viés machista e misógeno.

Assim, em conclusão, a temática do aborto voluntário emerge como uma proibição, sobretudo, no contexto brasileiro, como um tabu social. Romio et al. (2018, p. 1-2) salientam a importância da discussão temática para a autonomia e liberdade das mulheres, inclusive, para que possam exercer de maneira plena e livre os direitos sexuais e os direitos reprodutivos. No Brasil, a polêmica da temática do aborto encontra fundamento legislativo, em virtude da criminalização da prática, com exceção do aborto de gravidez resultante de estupro, em caso de vida à gestante e para fetos anencefálicos (ROMIO et al., 2018, p. 2).

Trata-se, conforme Azevedo (2017, p. 238), de uma das “legislações mais restritivas do mundo ocidental em relação ao aborto”, com criminalização da gestante e de terceiro que pratica aborto com ou sem o consentimento da gestante. Logo, a criminalização da prática impõe a ela “a clandestinidade e o estigma social.” (2017, p. 239) Por outro lado, o aborto é vastamente “praticado pelas mulheres brasileiras, a revelia da sua proibição legal. A criminalização do aborto, mais do que dissuadir da conduta, se presta a empurrar para a insegurança e para a clandestinidade as mulheres que procuram interromper voluntariamente uma gestação” (AZEVEDO, 2017, p. 240), o que acarreta problemas de saúde pública e das mulheres, principalmente, a integridade física de mulheres negras e pobres, as quais tem menor acesso às práticas abortivas clandestinas seguras.

Em pesquisa realizada em espaço virtual com mulheres que abortaram, Romio *et al.* (2018, p. 1-4) encontram relatos que envolvem três momentos nas vidas dessas mulheres – a decisão pelo aborto, o momento após a decisão e o momento de cuidado. As mulheres indicam uma culpabilização social sobre suas decisões de abortar, bem como, uma culpabilização sobre seus desejos sexuais; logo, a “maternidade é frequentemente vista como a punição corretiva para os desvios sexuais da mulher.” (2018, p. 4)

Portanto, para os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, torna-se indispensável um aprofundamento sobre o debate em torno do

aborto voluntário no Brasil, de modo a se discutir a autonomia de mulheres fazerem escolhas, assim como, a capacidade de autodeterminação, o acesso igualitário à cidadania, a garantia da integridade corporal e o respeito às individualidades de cada mulher (ROMIO *et al.*, 2018, p. 6) Ainda, o debate acerca dos casos em que a decisão de abortar não é da mulher, mas é exercida coercitivamente por um parceiro ou pela família, aliado à postura de profissionais de saúde que julgam e culpabilizam mulheres que realizam abortos legais ou clandestinos.

5 CONCLUSÃO

A mulher [gênero] se reconstrói várias vezes por ano, devido a necessidade de se impor às mudanças e à violência institucional que sofre todos os dias. Ficar em silêncio frente às imposições que ainda são feitas ao gênero feminino não é mais uma opção para quem enxerga além do que foi e continua sendo, imposto. Reconhecermos que a discriminação do gênero feminino está arraigada na tomada de decisões dos governantes é peça chave para que possamos fazer com que todas as pessoas entendam que, desde sempre, as tomadas de decisão referente ao corpo é exclusivamente de quem o possui, e sua voz deve ser ouvida, pois sua opinião importa.

O corpo de quem gera um feto não é uma propriedade do Estado, da igreja ou da política, mas como já falamos aqui, da mulher; que, por muitas vezes cria seus filhos sozinha, sem assistência de nenhum dos que restringiu sua escolha para um único viés: ter o/a filho/a, mesmo que isso abale seu psicológico e o da criança. É mais importante colocar ao mundo, mesmo sem condições dignas de criação, do que reconhecer que a medicina pode falhar com seus métodos contraceptivos.

Como afirma Boaventura de Sousa Santos (2003, p. 56), é necessário o direito de reivindicar a igualdade quando a desigualdade é inferiorizadora, assim como, é necessário poder reivindicar a diferença quando a igualdade é descaracterizadora. A violação aos direitos reprodutivos das meninas e mulheres deve ser reconhecido e não silenciada. Todas as mulheres devem ter o direito a viver com liberdade, autonomia com pleno acesso à saúde. Em se tratando de uma morte evitável (a morte das mulheres que procuram o aborto) de meninas e mulheres não pode mais ser aceita em silêncio.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Senhores de Si**: uma interpretação antropológica da masculinidade. Nova edição [online]. Lisboa: Etnográfica Press, 1995. Disponível em: <http://books.openedition.org/etnografica-press/459>. Acesso 22 set. 2020

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Sistema penal máximo x cidadania mínima**: códigos da violência na era da globalização. 2. ed. rev., Porto Alegre: Livraria/Editora do Advogado, 2016.

AZEVEDO, André Freire. Direito ao aborto, gênero e a pesquisa jurídica em direitos fundamentais. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 26, p. 236-261, 2017.

BADINTER, Elisabeth. **Um é o Outro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986

BAYS, Ingrid. O aborto e o direito à livre escolha da mulher. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/250815036/o-aborto-e-o-direito-a-livre-escolha-da-mulher>. Acesso em 17 set. 2020.

BIRMAN, Joel. **Cartografias do feminino**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

BIRMAN, Joel. Gramáticas do erotismo: **a feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro, N. 73 Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa Brasileira**. Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 28 jun. 2022.

BRASIL. **Código Penal de 1940**. Brasília: Congresso Nacional, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm#:~:text=Altera%20o%20art.,no%20rol%20dos%20crimes%20hediondos. Acesso em 20 set. 2020

CARVALHO, Priscila. **Qual a eficácia real da pílula, da camisinha e dos outros métodos anticoncepcionais?** Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2018/06/15/anticoncepcional-qual-a-eficacia-de-cada-metodo-para-prevenir-a-gravidez.htm>. Acesso em 15 set. 2020

COSTA, Gilberto. **Estatísticas**: estupro bate record e maioria das víti-

mas são meninas de até 13 anos. Disponível em: <http://crianca.mppr.mp.br/2020/03/233/ESTATISTICAS-Estupro-bate-recorde-e-maioria-das-vitimas-sao-meninas-de-ate-13-anos.html>. Acesso em 13 set 2020

COSTA, Jurandir Freire. **A Inocência e o Vício**: estudos sobre o homoe-rotismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

COSTA, Tonia *et al.* **Naturalização e medicalização do corpo feminino**: o controle social por meio da reprodução. Levantamento tese de doutorado, UFRJ, 2006

DINIZ, Débora., MEDEIROS, Marcelo. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. **Ciência Saúd. Coletiva**, v. 15, s. 1, p. 959-966, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232010000700002&script=sci_arttext Acesso em: 13 set 2020.

DINU, Vitória Caetano Dreyer; MELLO, Marília Montenegro Pessoa de. Afinal, é usuário ou traficante? Um estudo de caso sobre a discricionariedade e ideologia da diferenciação. **Revista Brasileira de Direito**, v. 13, n. 2, p. 194-214, 2017.

ESPINOZA MAVILA, Olga; IKAWA, Daniela Ribeiro. Aborto: uma questão de política criminal. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, v. 9, n. 104, p. 4-6, 2001.

FERRAZA, Daniele de Andrade; PERES, William Siqueira. Medicalização do corpo da mulher e criminalização do aborto no Brasil. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, n. 1, p. 17-25, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922016000100017&lang=pt Acesso em: 17 set 2020.

FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade II - O Uso dos Prazeres**. Rio de Janeiro: Graal Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 8.a Edição, 1986

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I**: a vontade de saber. 13 Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade** – curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GALLI, Maria Beatriz; MELLO, Maria Elvira Vieira de. A descriminalização do aborto como uma questão de igualdade de gênero e justiça social. **Juízes para a democracia.**, São Paulo, v. 12, n. 44, p.8, dez./fev. 2007-2008.

IRIGARAY, Luce. **Este sexo que não é só um sexo:** sexualidade e *status* social da mulher. São Paulo: Editora SENAC, 2017.

LAURETIS, Teresa de. **Technologies of gender:** essays on theory, film, and fiction. Bloomington; Indianapolis: Indiana University Press, 1987.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses:** o feminismo como crítica cultural. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p. 206-242.

MENDES, Soraia da Rosa. **Criminologia feminista:** novos paradigmas. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 195.

MELO, Jeferson. **Pesquisa revela que tribunal do júri condena 48% dos réus** Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/pesquisa-revela-que-tribunal-do-juri-condena-48-dos-reus/>. Acesso em 13 set 2020

Organização Pan-Americana de Saúde. Folha informativa. Violência contra as mulheres. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contras-mulheres&Itemid=820#:~:text=Estimativas%20globais%20publicadas%20pela%20OMS,de%20viol%C3%A2ncia%20infligida%20por%20parceiros. Acesso em 14 set. 2020

ORSELLI, Helena de Azeredo; FAISSEL, Fernanda Xanteli. O suicídio assistido quando praticado com finalidade altruísta e o respeito à autonomia. Revista Brasileira de Direito, v. 15, n. 1, p. 123-144, 2019.

PERROT, Michele. **História da vida privada** - Da Revolução Francesa à primeira guerra. Editora Schwarcz, 2003

PRECIADO, Paul. **Manifesto Contrassexual.** São Paulo: N-1 Edições, 2017.

PRECIADO, Paul. **Texto Junkie:** sexo, drogas e biopolítica na era farmacológica. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

ROMIO, Caroline Matos *et al.* “Eu fiz um aborto”: os blocos como espaços de manifesto. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 34, p. 1-11, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

THÉBAUD, Françoise. Introdução. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (org.). **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1995, p.13.

'Notas de fim'

1

2 Art. 217 da Lei 2.848/40- Seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de quatorze, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança: Pena - reclusão, de dois a quatro anos.

3 Art. 107 Lei 2.848/40 - Extingue-se a punibilidade: VII - pelo casamento do agente com a vítima, nos crimes contra os costumes, definidos nos Capítulos I, II e III do Título VI da Parte Especial deste Código;

4

5 A primeira mulher detida no Brasil foi Patrícia Rehder Galvão, conhecida como Pagu, em 1931 no governo Getúlio Vargas. Esta participava do Partido Comunista Brasileiro, sendo presa pelo menos 20 vezes. Sua primeira prisão foi originária de protestos contra o governo e incêndio, ficando conhecida como a primeira presa política.

6 Superintendência dos Serviços Penitenciários. Depen divulga Mapeamento de mulheres grávidas, idosas e doentes no sistema prisional. Ministério da Justiça e Segurança Pública http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1588195416_SEI_MJ11429916Informao_final.pdf Acesso em: 11 set. 2020

7 Segundo o Infopen dados sobre encarceradas femininas indicam que 4.804 mulheres estão presas por violência doméstica e outras 1.556 por sequestro e cárcere privado. Crimes contra a dignidade sexual levaram 25.821 pessoas às prisões. Desse total, 11.539 respondem por estupro e outras 6.062 por estupro de vulnerável.

8 No Sistema penitenciário Federal ao que se refere ao encarceramento de mulheres os crimes cometidos com mais destaque são: o tráfico de drogas comporta 30% dos registros, enquanto os roubos e furtos chegam a 22% e os homicídios a 16%.

9 Organização Pan-Americana de Saúde. Folha informativa - Violência contra as mulheres. Disponível em:

https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820#:~:text=Estimativas%20globais%20publicadas%20pela%20OMS,de%20viol%C3%A2ncia%20infligida%20por%20parceiros. Acesso em: 14 set 2020.

10

11 Para uma discussão biopolítica sobre o surgimento dos métodos contraceptivos femininos, especialmente como tecnologia de gênero do pós-guerra, ver: PRECIADO, 2018.

12 Informação disponível em <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2018/06/15/anticoncepcional-qual-a-eficacia-de-cada-metodo-para-prevenir-a-gravidez.htm> Acesso em: 15 set 2020

13 Disponível em <http://www.me.ufrj.br/images/pdfs/protocolos/obstetricia/abortamento.pdf> Acesso em: 15 set 2020.

14 Interromper gestação até 3º mês não é crime, decide 1ª Turma do STF em HC. Revista Consultor Jurídico, 2016. Acesso em 17 set. 2020

15 HABEAS CORPUS 124.306 RIO DE JANEIRO. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/hc-voto-aborto-lrb.pdf> Acesso em: 17 set. 2020.